

ENFRENTANDO AS RAÍZES DA BRANQUITUDE: A EXPERIÊNCIA DE ENEGRECIMENTO DA CASA DA ÁRVORE

Luana Nogueira de Farias MOURA¹

Nicole Xavier MEIRELES²

Fernanda Augusta Amitay KUTWAK³

Luana Corrêa dos SANTOS⁴

Liandra Lima CARVALHO⁵

Resumo

Este artigo objetiva analisar e refletir a importância dos estudos sobre as relações raciais e a urgência da discussão sobre a paridade racial dentro das instituições. Foi utilizado o relato de experiência profissional dentro da ONG Casa da Árvore, uma clínica de psicanálise ampliada que atua desde 2001 no Rio de Janeiro no cuidado com crianças e famílias periféricas. Os resultados desse trabalho apontam para impactos importantes observados no trabalho clínico com as crianças, além de uma ampliação do olhar para o trabalho dentro da equipe. Ao produzir esse relato, buscamos fornecer subsídios para que outras instituições possam refletir sobre o perfil de seus profissionais e elaborar estratégias que visem o enegrecimento das equipes considerando aspectos essenciais no processo como a análise da manutenção de privilégios nas políticas de acesso e as orientações teóricas do grupo.

1

Palavras-chave: Instituições; Racismo; Branquitude; Psicanálise clínica; Relato de experiência.

FACING THE ROOTS OF WHITENESS: THE EXPERIENCE OF BLACKENING OF THE TREE HOUSE

Abstract

This article aims to analyze and reflect on the importance of studies on racial relations and the urgency of discussing racial parity within institutions. The report of professional experience within the NGO Casa da Árvore, an expanded psychoanalysis clinic that has been operating since 2001 in Rio de Janeiro, providing care for peripheral children and families, was used. The results of this work point to important

¹ ONG Casa da Árvore, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: luana.nfm@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1148-324X>

² ONG Casa da Árvore, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: nicolexmeireles@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3598-0300>

³ ONG Casa da Árvore, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: fernandakutwak@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7814-3649>

⁴ ONG Casa da Árvore, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: lumooncorrea@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3616-6893>

⁵ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, RJ, Brasil. E-mail: liandralimacarvalho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8840-9086>

impacts observed in clinical work with children, in addition to a broader view of work within the team. By producing this report, we seek to provide support so that other institutions can reflect on the profile of their professionals and develop strategies that aim to blacken the teams, considering essential aspects in the process such as the analysis of the maintenance of privileges in access policies and the theoretical guidelines of the group.

Keywords: *Institutions; Racism; Whiteness; Psychoanalysis clinic; Experience report.*

ENFRENTANDO LAS RAÍCES DE LA BLANQUITUD: LA EXPERIENCIA DE ENNEGRECIMIENTO DE LA CASA DEL ÁRBOL

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar y reflexionar sobre la importancia de los estudios sobre las relaciones raciales y la urgencia de discutir la paridad racial al interior de las instituciones. Se utilizó el informe de experiencia profesional en el seno de la ONG Casa da Árvore, una clínica de psicoanálisis ampliada que funciona desde 2001 en Río de Janeiro, brindando atención a niños periféricos y familias. Los resultados de este trabajo apuntan a importantes impactos observados en el trabajo clínico con niños, además de una perspectiva más amplia sobre el trabajo en equipo. Con la elaboración de este informe buscamos brindar apoyo para que otras instituciones puedan reflexionar sobre el perfil de sus profesionales y desarrollar estrategias que apunten a ennegrecer a los equipos, considerando aspectos esenciales en el proceso como el análisis del mantenimiento de privilegios en las políticas de acceso y las directrices teóricas del grupo.

Palabras-clave: *Instituciones; Racismo; Blancura; Psicoanálisis clínica; Informe de experiencia.*

INTRODUÇÃO

*Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês
(História pra ninar gente grande - Estação Primeira de Mangueira)*

Quantas pessoas negras compõem uma equipe de trabalho? Quantas pessoas brancas? Quantas mulheres? Quantos homens? Quantos profissionais LGBTQIAPN+? Onde moram? Recolher dados pessoais de cada profissional de uma equipe pode ser muito mais do que um simples preenchimento de formulário, pois o perfil de um coletivo pode dizer muito sobre ele.

No início de 2018, a equipe da ONG Casa da Árvore (CDA) era composta por 20 pessoas: 17 mulheres cisgênero brancas, 3 homens cis brancos e 1 mulher cis negra, sendo a grande maioria moradora da zona sul da cidade do Rio de Janeiro e heterossexual.

Cada um desses dados traz importantes questões para serem discutidas, sendo possível desenvolver um artigo à parte com foco em cada um deles: um que trabalhasse sobre a concentração de renda em áreas ricas da cidade e a manutenção de privilégios e acesso a oportunidades somente entre esses grupos; um segundo sobre os limites relacionais da heterossexualidade e a conservação do patriarcado; outro que trabalhasse as dificuldades que se dão para a chegada de pessoas transgênero em espaços profissionais; além de tantos outros sobre os enlaces entre esses dados e o trabalho clínico. Mas, neste relato de experiência, trazemos como questão central para discussão o debate na Casa da Árvore nos últimos seis anos: as relações raciais, a composição da equipe e como essas dimensões afetam o trabalho clínico com as famílias.

O relato de experiência narrado neste artigo é composto pelas vozes das mulheres que compõem a diretoria da equipe da ONG Casa da Árvore, mas são ecos das falas de profissionais que fazem parte da instituição como um todo, desde estagiários(as) até a supervisora clínico institucional. Tendo como recorte temporal: desde 14 de março de 2016, dia da execução de Marielle Franco, então vereadora do PSOL, até o presente ano. Compõe-se como material deste relato de experiência: as reverberações clínicas acerca dos efeitos do racismo estrutural na composição da equipe de profissionais da instituição e como este impacta nas famílias que recebemos e no material clínico que recolhemos nos Espaços de Convivência; bem como as mudanças nos paradigmas epistemológicos e teóricos que guiam nosso fazer clínico. Tal material surgiu ao longo desses seis anos, nas supervisões clínicas realizadas semanalmente às quintas-feiras, das 17h às 19h.

3

DESENVOLVIMENTO

A Casa da Árvore

A Casa da Árvore surge em 2001, como um projeto vinculado à Sub-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com o objetivo de criar um serviço de atendimento psicológico dirigido ao público infantil que contemplasse as crianças que não eram absorvidas pela rede pública. Em seguida, formalizou-se como uma ONG com o intuito de viabilizar a captação de recursos financeiros.

A motivação para a construção do projeto surgiu da constatação de que, embora haja grande demanda por atendimento psicológico a questões referentes ao sofrimento infantil e familiar, as famílias de baixa renda dificilmente conseguem ter acesso a um acolhimento

ambulatorial na rede pública. A enorme demanda de atendimento psicológico infantil gera longas filas de espera, além de exceder muitas vezes a capacidade de absorção das instituições conveniadas. Esses fatos, acrescentados à dificuldade de deslocamento da população pela cidade, resultam em uma grande defasagem entre a demanda da população e o número de pessoas que são, de fato, atendidas. Além disso, uma parte considerável das famílias que procuram tratamento e recorrem ao serviço público de saúde chegam em busca de acolhimento e suporte para lidar com questões referentes às dificuldades cotidianas de cuidado e criação dos filhos.

Apesar de muitos casos requerem uma intervenção que solicitava uma escuta individual e a longo prazo, uma quantidade significativa de queixas se referia a questões cotidianas, domésticas, a desencontros familiares. Para estes casos, que também demandavam uma escuta específica, a oferta do serviço parecia bastante inadequada. Mais grave ainda, uma grande parte dos problemas trazidos era uma clara consequência da situação social à qual as crianças estavam expostas. Destacando-se aí o desmando das políticas educacionais e, mais amplamente, o descaso do Estado pela real condição de vida da população (Milman, 2008, p. 32).

Desta forma, inspirada no reconhecido dispositivo clínico francês Maison Verte⁶, criado há mais de 40 anos na França pela psicanalista Françoise Dolto, a Casa da Árvore ampliou o campo da intervenção psicológica, instalando-se diretamente no território, e trazendo duas perspectivas principais para o trabalho: além de acolher as crianças como sujeitos e cidadãos, pretende-se favorecer e fortalecer os adultos cuidadores no desempenho de sua função, ao invés de culpabilizá-los por possíveis “falhas” no cuidado com os pequenos. Para tal, é oferecido um ambiente de acolhimento e trocas afetivas em que seja possível, para adultos e crianças, a partilha de sentidos para suas ações e sofrimentos (Milman, 2008).

O tipo de proposta da Casa da Árvore, em especial, se situa na encruzilhada na qual as interfaces entre psicanálise, saúde coletiva e intervenção social se entrelaçam de uma maneira muito peculiar (...) uma das marcas essenciais é de ser um experimento, e não a aplicação de um modelo (Bezerra Jr., 2008, p. 17-18).

⁶ A Maison Verte é um lugar de convívio, de brincar e falar, onde psicanalistas, mesmo que não estejam em seu *setting*, podem falar sobre coisas para além dos sintomas. Na Maison Verte, eles são “psicanalistas da cidade”. A proposta de Françoise Dolto é o de construir uma ética no cuidado com crianças a ser partilhada por todos, partindo do reconhecimento da criança como sujeito desejante e cidadão, com suas origens, seus sentimentos, sua história (Milman, 2008, p. 36-37).

Situada nos entornos de favelas do Rio de Janeiro⁷, a Casa da Árvore se coloca como um recurso frente a um relativo desamparo social, político e psicológico, tendo como público crianças e famílias majoritariamente negras, pobres e moradoras de favelas. Ao estimular a construção de redes sociais e afetivas que contribuam para a promoção da saúde mental, atua-se na prevenção dos efeitos da violência – seja ela social, cultural e/ou familiar – nos territórios em situação de vulnerabilidade social.

Na Casa da Árvore investimos nas seguintes linhas de atuação: atendimento e acompanhamento psicológico de crianças de 0 a 10 anos, incluindo pais, familiares e outros cuidadores, equipes de saúde e profissionais de educação infantil; promoção de um espaço que valoriza o brincar e a palavra como instrumentos no processo de subjetivação e de exercício de cidadania; e construção e fortalecimento de uma rede de cuidados à infância nos territórios em que estamos inseridos. Além disso, realizamos rodas de conversas com mulheres com o objetivo de estimular a circulação da palavra e construção de um espaço de cuidado coletivo e compartilhado. Também investimos na sistematização da metodologia de trabalho através de grupos de estudo, supervisão e publicações científicas da equipe de profissionais participantes.

No dia a dia busca-se desconstruir uma lógica individual patologizante, indo em direção à coletivização como produtora de saúde. O trabalho coletivo permite que todos possam usufruir de um espaço seguro permeado por trocas, palavras, gestos e afetos. Desloca-se assim do campo dos atendimentos individuais para o campo psicossocial e intersubjetivo através da criação de Espaços de Convivência, de circulação da palavra e de construção de redes afetivas nos territórios periféricos. Desta forma, espera-se que angústias, questões e conflitos, ao invés de ficarem restritos ao sujeito que sofre e se cronifiquem, possam ter espaço para serem falados, escutados, acolhidos e elaborados, de forma que possam vir a ter outros destinos que não serem patologizados. Além disso, a convivência abre a possibilidade de as diferenças poderem coexistir de forma harmoniosa ou não. E quando não, de isso ser trabalhado coletivamente, de forma a promover uma sociedade mais justa, com menos preconceito e mais respeito.

Apostamos na convivência comunitária, na proximidade e no afeto como método. Se o isolamento adoece, a construção de redes de apoio, espaços de convivência, lazer e o acesso aos serviços básicos são produtores de saúde e fortalecem o exercício da liberdade e da cidadania.

⁷ Projetos ativos e territórios onde estamos presentes atualmente: Espaço de Convivência da Ilha da Conceição, Niterói (desde 2004); Espaço de Convivência na Clínica da Família Estácio de Sá, Rio Comprido, RJ (desde 2016); Roda de Conversa e Cuidados Compartilhados entre Mulheres na Pequena África (desde 2020); Espaço de Convivência na Ong Fazendo Arte, Complexo do Turano, Rio Comprido, RJ (desde 2021); Espaço de Convivência na Clínica da Família José Messias do Carmo, Santo Cristo, RJ (desde 2024).

Do marco inicial: o assassinato da vereadora Marielle Franco

Março de 2018 foi um marco muito importante na história do Brasil, principalmente do Estado do Rio de Janeiro. O assassinato da vereadora Marielle Franco, no bairro do Estácio, região central da cidade do Rio de Janeiro, causou uma grande comoção nacional, mobilizando afetivamente as pessoas e as instituições de trabalho. Até hoje seguem as investigações sobre quem mandou matar a vereadora, um crime político que reverberou no mundo inteiro.

Esse acontecimento brutal mexeu e transformou as estruturas da Casa da Árvore, tendo sido o ponto de partida para que as questões identitárias e suas interseccionalidades começassem a ser enxergadas e debatidas. A dor e opressão tão comum a corpos negros e marginalizados, atualizados pela violência do assassinato da então vereadora e de tudo o que ela representava com seu corpo e suas lutas, fez com que a única profissional mulher-negra da equipe, uma pessoa cuja voz pouco ouvíamos durante as supervisões, não pudesse mais seguir [sendo] calada. Em um ato de coragem, com sua fala carregada de emoção, esta profissional pode dizer sobre como se sentia sozinha sendo a única profissional negra da equipe, sua expectativa de entrada de outros profissionais negros a cada seleção e sua frustração com a manutenção da entrada de mais e apenas pessoas brancas. Também falou sobre o quanto o espaço de supervisão lhe era incômodo e opressor, apesar de, em campo com as crianças e famílias, sentir-se potente e confortável, e das inúmeras vezes que pensou em deixar a Casa da Árvore por essas questões.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta (hooks, 2009, p. 35).

Pela primeira vez, em equipe, enxergamos a cor da profissional e as diferenças que a questão racial imprimia nas vivências cotidianas da relação com o trabalho. Pela primeira vez a equipe percebeu e verbalizou os privilégios de sua branquitude. “A ideologia que ignorava a cor podia apoiar o racismo que negava. Com efeito, a exigência de ser indiferente à cor significava dar suporte a uma cor específica: o branco.” (Gordon, 2008, p. 14).

Ficou escancarado algo que estava velado há muito tempo: durante toda a história da instituição a equipe foi formada por um coletivo de pessoas majoritariamente brancas, moradoras de bairros ricos da cidade, apesar de trabalharmos diretamente com o cuidado de famílias negras e periféricas. Contávamos nos dedos o número de pessoas negras e/ou periféricas que haviam trabalhado na instituição ao longo de tantos anos. Na época deste episódio, a equipe era composta por 20 pessoas, sendo 19 brancas e apenas 1 negra.

O princípio de ausência é um dos modos de manutenção da branquitude. Grada Kilomba nos fala que “este princípio da ausência, no qual algo que existe é tornado ausente, é uma das bases fundamentais do racismo (...). O existente passa a ausente e deixa assim de existir.” (Kilomba, 2020, p. 12). Grada traz esse enunciado quando relata sua experiência como a única estudante negra de psicologia na universidade e como ocorria a ausência de sua existência em espaços que eram majoritariamente brancos. Da mesma forma, o lugar de exceção – a única negra entre toda uma equipe branca – também carrega a marca de um não pertencimento onde a branquitude é a norma.

Percebemos a cegueira seletiva para a discussão sobre as relações raciais, denegação ancorada no mito de democracia racial, e passamos a pensar como isso poderia afetar não só os profissionais da equipe como o próprio trabalho com as famílias atendidas pela Casa da Árvore. Entendemos então como, sem dizer, os corpos e referenciais “brancos” reforçam a lógica colonial racista e os lugares hegemônicos de poder onde os brancos são os especialistas e as famílias negras o público-alvo das intervenções, o lugar a qual pertencem ou podem pertencer os corpos negros. De acordo com Lélia Gonzalez:

Na América Ladina, com a maior parte da população ameríndia e amefricana, desenvolveu-se o racismo por denegação, em que prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da democracia racial. (...). A sociedade ibérica era rigidamente hierarquizada com violento controle social e político dos grupos étnicos diferentes e dominados. Esta ideologia de classificação social (com critérios racial e sexual) dispensava formas abertas de segregação, pois a hierarquia já garantia a dominação pelos brancos, de forma que “no Brasil não existe racismo porque o negro conhece o seu lugar”, como expressava o humorista Millôr Fernandes, citado por Lélia Gonzalez. (Maeda, 2020, s.p.).

Não seria possível seguir escutando as crianças que atendemos sem apurar nossa escuta para o sofrimento decorrente da cor de suas peles e dos efeitos do racismo estrutural e suas interseccionalidades. E, para isso, seria necessário, como ponto de partida, que as pessoas brancas também se vissem racializadas, isto é, como pessoas que se constituem e agem a partir da sua própria história, que também é marcada pela cor, e, nesse caso, pelos privilégios obtidos graças ao racismo estrutural.

Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre o outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia, e que assegura privilégio para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro. (Bento, 2020, p. 15).

Uma importante pesquisa⁸ foi realizada em 2000 pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica), encomendada pelo Instituto de Referência Negra Peregum e Projeto Seta, que aponta para a percepção de 81% das pessoas entrevistadas de que o Brasil é um país racista porém apenas 11% se assumem como pessoas que já tiveram alguma atitude racista. Ou seja, apesar de reconhecer o racismo no Brasil, a maioria das pessoas não enxerga suas próprias atitudes racistas.

A dificuldade de enfrentar as violências às identidades se dá porque a forma é estruturante da modernidade. Faz parte de sua epistemologia e não há responsável pela violência, sempre é responsabilidade da própria pessoa que sofre. Tratar a questão como categoria a-histórica ou fenômeno natural implica afirmar que nada pode ser feito, o que resulta no insucesso das políticas públicas. (Rodrigues, 2022, p. 63).

Diversos estudos já foram realizados apontando para a influência do racismo na constituição psíquica de pessoas negras e brancas, como o livro “Tornar-se Negro” da psicanalista brasileira Neusa Santos Souza (1983) e o livro “O pacto da branquitude” de Maria Aparecida Bento (2022).

Bento (2022) traz em seu texto alguns conceitos importantes que podemos trabalhar aqui para pontuar sobre essa identificação narcísica de pessoas brancas com outras pessoas brancas. Ela situa, a partir do conceito cunhado por Denise Jodelet (1989) de pertencimento racial, que a forte ligação emocional com o grupo ao qual pertencemos nos leva a investir nele a nossa própria identidade. Isto é, a imagem que temos de nós mesmos encontra-se vinculada à imagem que temos do nosso grupo, nos induzindo a proteger os seus valores – protegemos o “nosso grupo” e conseqüentemente excluimos o outro.

O primeiro passo dessa exclusão é o descompromisso político com o sofrimento do outro. Como uma dimensão de exclusão moral, desvalorizando o outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Como proposto por Cida Bento (2022), a branquitude propõe a manutenção de um pacto não verbalizado entre pessoas brancas que visam manter seus privilégios, um conceito cunhado pela autora como “pacto narcísico da branquitude” (Bento, 2020, p. 18-19). O silêncio sobre o tema afirma isso. Reconhecer e explicitar esses acordos são um caminho fundamental para o rompimento desse pacto.

Esse conceito pode nos ajudar a entender que a equipe da Casa da Árvore ser formada majoritariamente por pessoas brancas, ao longo de mais de 20 anos de trabalho, não era apenas uma mera coincidência. O assassinato de Marielle Franco e todas as suas reverberações foram um ponto chave de virada para um primeiro movimento de romper com o pacto narcísico da branquitude: trazer para a palavra o não dito. Foi necessário que a equipe

⁸ Ver mais em: <https://peregum.org.br/2023/07/27/pesquisa-do-instituto-peregum-com-o-projeto-seta-apresenta-dados-sobre-percepcao-do-brasileiro-em-relacao-ao-racismo/>

então se propusesse a estudar, escutar, enxergar e debater sobre a temática racial, explicitamente, dentro da Casa.

Desta forma, questões como “lugar de fala”⁹, silenciamento, direito à voz, representatividade, manutenção de privilégios e racismo estrutural, escolha de referenciais teóricos e composição da equipe passaram a ser pontos chave para uma análise institucional e para pensarmos os efeitos da presença de profissionais massivamente brancos em territórios formados majoritariamente por famílias negras. “Racializar” a instituição e trazer essa questão para o debate é uma construção de negros e brancos.

Da política de acesso: as chamadas para profissionais negros

Foram alguns meses às voltas com o desconforto causado pela discussão acerca das temáticas raciais nas supervisões semanais, após a voz única [da branquitude] ter sido rompida. Em determinado momento, um dos psicólogos, homem-branco-cis-hetero, chegou a questionar “mas a gente vai falar de novo sobre isso?” – manifestando o seu nítido incômodo em ver em xeque seus privilégios e a reflexão sobre seu próprio lugar na equipe e no trabalho em campo. “O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados.” (Ribeiro, 2017, p. 78).

Percebemos então que, para de fato operarmos uma transformação, não adiantava apenas discutir a temática racial, seria necessário um movimento de reparação: mexer na composição da equipe, fortalecendo outros pontos de vista e trazendo novos lugares de fala para o debate.

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. (...) De tal modo que se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combater o racismo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas. (Almeida, 2018, p. 37).

Assim, dois meses depois da instituição ter se aberto a escutar a voz negra há tanto tempo silenciada, em maio de 2018, realizamos nossa primeira seleção profissional

⁹ O conceito de “lugar de fala” foi apresentado por Djamila Ribeiro, filósofa e ativista brasileira, como uma forma de discutir e problematizar as dinâmicas de poder e representação dentro dos discursos sociais. Em linhas gerais, o “lugar de fala” se refere à ideia de que nossa posição social, cultural, política e histórica influencia diretamente a maneira como percebemos o mundo e somos percebidos por ele. Isso significa que cada indivíduo possui uma perspectiva única e específica, moldada por suas experiências de vida e pelas características de sua identidade (como gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outros).

ex(in)clusiva para pessoas negras e periféricas. A seleção se deu em um sentido de operar uma mudança estrutural que fosse de acordo com uma nova política de diversidade dentro da equipe, em um movimento ativo de antirracismo.

Porém, esse processo é complexo. Tornar-se uma instituição antirracista não é só uma questão quantitativa, de colocar pessoas pretas para dentro ou estudar autores negros e pronto! Ganha-se o selo. Quais transformações são necessárias para que de fato essa inclusão se dê e quais efeitos se deflagram a partir dessa ação?

Desde a fundação, houve uma escolha ético-política de que os profissionais fossem remunerados por seu trabalho na instituição. Essa premissa básica de não voluntariado visava não só nos afastar de uma perspectiva assistencialista, como garantir o comprometimento na vinculação com o trabalho. Porém, de forma geral, quando acontece uma seleção, os novos profissionais que chegam ocupam uma vaga de aproximação na qual passam a frequentar as supervisões clínicas para ir se ambientando com o trabalho e se formando, depois visitam os projetos nos territórios e só então passam a integrar formalmente uma das equipes de trabalho, recebendo pelas horas dedicadas em campo. Um cuidado com a instituição e com a pessoa que está chegando. Mas hoje, tendo um olhar mais apurado, sabemos quem são as pessoas que têm essa possibilidade de disponibilizar tempo para se formar e se aproximar de um trabalho sem receber por isso. Qual grupo privilegiamos e qual deixamos de fora com essa política institucional.

10

Não à toa nossa equipe foi embranquecendo ao longo dos anos. Assim, foi necessário revermos essa política de entrada para criar condições justas para as novas seleções. Essa necessidade gerou o movimento de reestruturação da nossa planilha financeira: passamos a definir separadamente o valor de cada atividade em relação às horas investidas, de forma que a bolsa integral que cada profissional recebia foi desmembrada em bolsa de campo e bolsa formação – valor referente às horas de grupo de estudos e supervisão semanal. Assim todos os profissionais passaram a ser remunerados, inclusive os “em aproximação”, sendo o total recebido calculado pela composição dos valores de cada atividade e das horas dedicadas dentro da instituição. O valor total recebido por cada profissional não mudou.

Esse processo, além de criar a possibilidade para que profissionais negros e periféricos pudessem integrar a equipe, ao definir um valor próprio para as horas de estudo e supervisão, afirmou a Casa da Árvore ainda mais como uma instituição de formação, uma formação que leva em conta discussões e práticas que giram em torno das relações raciais.

Do grupo de estudos: de Neusa Santos Souza a Nêgo Bispo

O grupo de estudos é uma prática da Casa da Árvore desde sua fundação. Em um horário anterior ao da supervisão, parte da equipe se reunia com o intuito de ler algum texto ou livro que conversasse com a prática clínica. Foram lidos, nesse espaço, muitos textos de

Freud, Françoise Dolto, Winnicott, além de outros psicanalistas brancos europeus e alguns textos produzidos pela própria equipe em anos anteriores.

(...) quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal da ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências de conhecimento. Segundo a autora [Lélia Gonzalez] o racismo se constitui “como a “ciência’ da superioridade eurocristã (branca e patriarcal)”. Essa reflexão de Lélia Gonzalez nos dá uma pista sobre quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são. (Ribeiro, 2017, p. 16-17).

Fanon argumentava que a colonização vai além da simples subordinação material de um povo – ela também influencia profundamente como as pessoas podem se expressar e compreender a si mesmas. Ele destacava essa influência de maneira radical, observando sua presença na estrutura da linguagem e nos métodos de construção das ciências. Esse fenômeno é descrito por ele como colonialismo epistemológico (Gordon, 2008).

Deste modo, enegrecer e descolonizar nossas referências acadêmicas nos pareceu um importante passo para fortalecer o debate racial dentro da Casa da Árvore. Como nos lembra Nêgo Bispo:

A gente se perde nos referenciais teóricos do colonialista ao invés de analisar os nossos referenciais históricos. Quando se fala de uma Comuna de Paris, por exemplo, aqui nós temos Palmares, Canudos, Caldeirão do Deserto, Pau de Colher, Contestado, Balaiada, nós temos muita coisa, e a gente acaba não se dando conta (Bispo dos Santos, 2022, p.28)

Começamos então com o livro “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social” (Souza, 1983). Cada grupo lia uma parte do livro e trazia para o debate. Em seguida, percebemos que seria interessante ler o livro todos juntos e, para isso, ampliamos o grupo de estudos, tornando-o obrigatório para todos. O livro escolhido foi “Memórias da plantação”, da Grada Kilomba, seguido pelo “Ensinando a transgredir”, de bell hooks.

De 2018 até 2024, muitos livros circularam no nosso grupo de estudos. De início os textos – escritos por autores negros – traziam um estudo sobre a subjetivação do negro sempre muito apoiado nos efeitos da experiência do racismo. Passado algum tempo, sentimos necessidade de estudar autores que falassem sobre a branquitude, já que racializar o debate não é sobre colocar o negro em questão, mas conferir cor e raça, localizando a todos nesse debate, principalmente os brancos. Por fim, buscamos autores mais provocativos, que pudessem dizer da negritude de modo afirmativo, nos convidando a torcer a lógica vigente na

qual o negro é sempre enxergado a partir dos efeitos da escravização, passando assim do lugar de objeto de estudo a sujeito em primeira pessoa.

De lá para cá, alguns desconfortos se suspenderam, outros novos se criaram. Mas o debate segue fervoroso dentro desse espaço. Alguns autores que lemos ao longo desse tempo, além das referências acima citadas, foram: Isildinha Batista, Maria Lúcia da Silva, Lia Vainer Shucman, Sueli Carneiro, Jota Mombaça e Antônio Bispo dos Santos. Além de nossas próprias produções, que seguem vivas e necessitando de novas vozes para debate.

Da dimensão institucional: a mudança no coletivo de profissionais

De 2018 até 2024 foram realizadas 8 seleções para profissionais na Casa da Árvore. O intuito principal foi o desejo de formar uma equipe mais diversa: de gênero, raça, classe, território, experiências de vida. Fomos entendendo, ao longo desse tempo, a importância e a potência do trabalho no coletivo diverso, em uma ampliação de sofrimento como relativo não apenas ao sujeito ou ao território em que estão inseridos, mas a um certo contexto sócio-histórico e político.

Para o oprimido, o explorado, o dominado, a dominação não é somente um assunto para o discurso radical, para livros. É sobre dor — a dor da fome, a dor do excesso de trabalho, a dor da degradação e da desumanização, a dor da solidão, a dor da perda, a dor do isolamento, a dor do exílio — espiritual e física. Mesmo antes das palavras, nos lembramos da dor (hooks, 2019, p.26).

12

Nesse sentido, tomamos o território subjetivo e suas vivências num território geográfico, levando sempre em consideração a sociedade desigual, racista, violenta e adoecedora no qual esses sujeitos negros e periféricos estão inseridos e como a falta de acesso a direitos e serviços básicos de saúde e cidadania podem levar ao sofrimento psíquico, à dissolução de laços sociais e ao enlouquecimento, entre outros destinos. Para essa escuta, são necessários olhares e ouvidos preparados para essa escuta singular, mas também política.

A chegada de mais profissionais negras e negros na Casa da Árvore, e a partida de mais profissionais brancos e brancas, foi reconfigurando a nossa equipe de trabalho. As discussões mudaram e muitas questões “novas” (ou antigas que não eram enxergadas) foram tomando o espaço da supervisão.

Da supervisão clínico-institucional: a chegada de uma mulher negra como figura de referência

Dado todo esse movimento de recomposição da equipe e das discussões que passaram a ocupar a supervisão clínica, a figura do supervisor também passou a ser questionada. Por

que esse lugar tão importante dentro da instituição e para a equipe estava sendo ocupado por um homem branco *cisgênero*, quando nossa equipe sempre foi formada majoritariamente por mulheres e, agora também, por profissionais negros, periféricos, com diferentes orientações sexuais? Por que de forma geral as posições de destaque dentro das instituições são ocupadas por homens brancos? Não se tratava de algo pessoal em relação à pessoa do supervisor, apenas não nos víamos mais representados por uma figura “branco-macho-cis-hetero” e entendíamos a sua limitação estrutural em relação ao debate. Entendemos que, para haver transferência da equipe e uma escuta mais apurada para a temática racial, bem como operar uma transformação estrutural na instituição, seria necessária a mudança dessa figura.

Percebendo que a transferência não estava mais se dando, o então supervisor se desligou da Casa da Árvore e seguimos por algum tempo sustentando o espaço através de uma “intervisão” que se dava entre os próprios profissionais da instituição. Desse modo, em maio de 2021, três anos após a primeira seleção exclusiva para profissionais negros, convidamos a psicanalista Vilma Ribeiro Dias para ocupar essa posição.

A chegada de Vilma, em plena pandemia de Covid-19, com toda sua experiência de vida e profissional trouxe nova escuta e gás para o debate. Nesse momento, nossas reuniões de supervisão tinham passado para o modo online e estávamos ainda tentando entender e reconfigurar nossos projetos, que tem como base a convivência e a troca, frente ao medo do contágio e as diretrizes de isolamento social.

A condução de Vilma foi crucial para que não perdêssemos de vista as dimensões gênero-raça-classe na diferença da experiência da pandemia, e conseqüentemente, dos sofrimentos vivenciados. Todos viviam a pandemia e seus efeitos, mas quem tinha direito ao isolamento, a fazer quarentena e se proteger, e quem eram as pessoas que continuavam a ter que trabalhar¹⁰ se deslocando em transportes públicos coletivos? Quais foram os efeitos do fechamento das escolas para as crianças brancas, privilegiadas economicamente, que puderam seguir seus estudos de forma online, tendo como apoio os pais que também passaram a esse modo remoto de trabalho e para as crianças de famílias menos privilegiadas, que por não terem acesso à internet tiveram o estudo interrompido por longos meses, ficando em casa sem que seus pais pudessem também estar junto os acompanhando, já que seguiam trabalhando normalmente? Em última instância, qual parte da população tinha acesso aos recursos e direitos e quem eram as pessoas tidas como “morríveis”, que não tinham direito ao isolamento, colocando seus corpos em risco para que a vida pudesse seguir para alguns?

Essas reflexões do quanto o acesso ao cuidado em saúde mental era essencial, principalmente nesse momento, para a população com a qual trabalhamos, fez com que nos implicássemos em construir estratégias de adaptação e continuidade dos projetos e de criação de novas ações de suporte a essas famílias, não interrompendo nosso trabalho e retomando,

¹⁰ Com exceção da classe médica, de forma geral os “serviços essenciais” que seguiram funcionando, tais como mercados, farmácias, condutores de ônibus, etc, tem como trabalhadores pessoas de classes mais pobres.

presencialmente algumas de nossas ações, mantendo todos os cuidados possíveis, ainda no segundo semestre de 2020.

Não temos dúvidas do quanto as discussões que vínhamos tendo desde 2018, a composição mais diversa da equipe e a presença da nova supervisora foram fundamentais para que tivéssemos uma leitura mais ampla e política desse momento, não tendo nos enclausurado em medos e privilégios.

Ao retornarmos para nosso trabalho presencial, outras reflexões básicas para quem trabalha com público periférico e negro – mas que eram naturalizadas por uma lógica vigente branca e passavam despercebidas por nós – tal qual a composição da equipe de campo e os materiais oferecidos às crianças nos Espaços de Convivência, entraram em foco no debate.

Dos materiais: a necessidade de repensar os materiais oferecidos nos espaços de convivência

Tendo em vista a profusão de imagens de pessoas brancas ocupando lugar de destaque nos meios de comunicação e a reiteração de pessoas negras em papéis subalternos ou de bandido, bem como a quase inexistência de referências negras positivas, a criança negra se torna povoada por essas imagens da branquitude, buscando alcançá-las como um ideal de si.

14

A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas de seu corpo. Entre o Ego e seu ideal cria-se então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor, às custas de sua possibilidade de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico. (Souza, 1983, p. 3).

Desta forma, para um trabalho mais cuidadoso e efetivo, considerando as vicissitudes da subjetivação das crianças negras, é fundamental pensar se os materiais oferecidos nos Espaços de Convivência trazem a possibilidade de identificação positiva por parte dessas crianças ou apenas reforçam o ideal branco, (re)produzindo a violência racista produtora de sofrimento. Sair da rota da invisibilidade e poder se enxergar no mundo a sua volta é produtor de saúde.

A possibilidade de crianças criarem novos mundos, passa pela sua capacidade de imaginá-los. Como imaginar algo que nunca se viu? A partir de onde se cria? Quais referências de pessoas negras mais velhas elas têm? Quais as experiências de vida que possibilitam a construção de um caminho de desvio na produção de subjetividade? Com essas perguntas, tomamos como norte a importância da noção de representatividade como base nessa criação.

No caso da criança, é importante salientar que ela já vem marcada pelas experiências de vida de seus pais. Para a criança negra, os significados do racismo estão inscritos em seu nascimento, ou seja, as pressões raciais já se iniciaram e estão inscritas, umbilicalmente, naquilo que a criança traz para sua existência material e emocional (Da Silva, 2017, p. 83).

Desse modo, tomamos como vetor fundamental que a composição da equipe de campo, em cada coletivo, tenha ao menos 1 (uma) pessoa negra em cada dupla ou trio de trabalho. Essa mudança tem produzido muitos efeitos positivos no que diz respeito a essa possibilidade de transferência e de afirmação da identidade racial e cultural por parte das crianças e famílias.

Além disso, buscando oferecer outros referenciais não hegemônicos e novos elementos para a construção de mundos, pensando na especificidade das nossas crianças, compramos novos materiais que contemplassem os vetores raciais. Bonecas negras, livros com protagonistas negros e que trouxessem a temática racial ou a história e a cultura do povo negro, para que as crianças se vejam representadas, fortalecendo assim sua autoestima. As caixas de giz de cera de “cores de peles”, com uma variedade de tons entre o bege e o preto, através dos quais as crianças conseguem se desenhar se autoidentificando e simbolizando racialmente, kit de família formados por bonecos brancos, negros claros e retintos, possibilitando uma maior multiplicidade de composições de famílias nas brincadeiras. Em um mundo de *barbies* brancas e magras, essa ação teve um impacto visível e reestruturante para nosso espaço e para o trabalho clínico desenvolvido.

15

Da dimensão clínica: os impactos da diversidade racial da equipe no olhar das crianças

“O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro se comporta de modo diverso com um branco e com outro negro. Que essa cissiparidade seja consequência direta da aventura colonialista, não resta nenhuma dúvida” (Fanon, 2020, p.31).

Uma profissional negra chega pela primeira vez no Espaço de Convivência. Imediatamente, Francisca¹¹, 9 anos, a olha e a puxa para dentro de uma cabana. A menina tem em mãos o livro recém comprado “*O Pente Penteia*” e pede para que a psicóloga leia para ela. O livro traz como protagonista uma criança negra e tem como temática a questão do cabelo. Diferente da profissional, Francisca não gosta de ter cabelo crespo e costuma usá-lo preso. A menina toca no cabelo da profissional. Esse ato muitas vezes sentido como invasivo quando não consentido, naquele espaço de relação tão íntimo e verdadeiro é recebido com cumplicidade pela psicóloga. É a primeira vez que aquela criança vê na Casa da Árvore uma

¹¹ Para preservar a identidade das crianças, os nomes nos fragmentos clínicos são fictícios.

profissional com o cabelo como o seu. A partir dali inicia-se uma conversa sobre cuidado de si, uma troca sobre como cada uma cuida de seu cabelo.

Sabrina, 7 anos, é uma criança negra clara, filha de mãe negra e pai branco e vive com suas duas irmãs, desde os 3 anos, aos cuidados da avó paterna, uma mulher branca. A criança traz várias questões relacionadas a sua cor de pele, chegando a dizer que queria ser branca e que agora só andava pela sombra para não escurecer. Nesse coletivo¹², a equipe é formada por duas psicólogas negras e uma estagiária branca, de cabelo liso e olhos claros. Sabrina só se refere à estagiária como a “tia bonita”. As profissionais tentam desnaturalizar esse padrão de beleza branco europeu perguntando se elas também seriam bonitas, abrindo assim espaço para a existência de outros padrões de beleza. Com o tempo de trabalho, de “tia bonita”, a estagiária passa a ser chamada por seu nome próprio, deixando de ocupar apenas uma posição estéril de projeção e idealização, se singularizando na relação. Um dia Sabrina chega com o rosto pintado com uma maquiagem, provavelmente da avó, que não condizia com seu tom de pele. Esse material clínico é trabalhado através de uma conversa sobre a diversidade da paleta de cores das bases. Em algum momento do diálogo Sabrina diz para a profissional: “tia, você é negra, né?... Igual a minha mãe.” e pergunta: “o que eu sou?”. A resposta indireta deixa espaço para que ela possa construir seu próprio entendimento sobre si: “você é a mistura de sua mãe e de seu pai”. Algum tempo depois, a menina chega ao coletivo e antes mesmo de dar bom dia, olha pra estagiária e diz: “tia, minha mãe é mais bonita que você!”, podendo afirmar não só a beleza da mãe, mas a si mesma, reintegrando um aspecto de si até então negado.

16

Esses são alguns fragmentos, entre tantos outros, que apontam como o corpo negro chega primeiro, antes mesmo do sujeito, operando a transferência e produzindo efeitos apenas por sua presença – mas não apenas.

A chegada dos novos profissionais fez aparecer como material de trabalho as questões raciais identitárias, bem como a violência e o sofrimento subjetivo produzido pelo racismo, que nunca deixaram de existir na vida dessas crianças, mas que, por nossa brancura massiva, não eram autorizadas a serem trazidas ou, se trazidos, não eram escutadas por nós.

A seguir, mais um relato de um dia de coletivo no Morro do Turano:

Durante um jogo de queimado, Shirley, uma menina negra clara, diz para Hérika, uma menina negra retinta: “joga logo a bola, neguinha de cabelo duro!”. Nesse momento o primo da menina retinta sai em sua defesa, endereçando para a psicóloga que havia acontecido um caso de racismo na Casa da Árvore. Um alvoroço se dá no espaço e Hérika se dirige para a arquibancada e começa a chorar. A profissional se aproxima, juntamente com Shirley, e as três se sentam para conversar. Shirley pede desculpas, alegando que havia sido uma brincadeira, e aproveita para confidenciar que também já havia sofrido racismo na escola por

¹² Nome que damos ao encontro de profissionais e famílias que se dá a cada dia de trabalho nos territórios onde funcionamos.

um dia ter ido de trança. E conta que sua irmã (negra) alisou o cabelo e que agora está parecida com sua mãe (branca). Hérika conta que ela também sofreu racismo na escola onde estuda e que nada foi feito, ou pior, no fim das contas ela teve que pedir desculpas. A mãe de Hérika trabalha como assistente de serviços gerais nessa escola, localizada numa zona privilegiada da cidade, na qual a menina é bolsista. A psicóloga, que também é negra e tem o cabelo crespo, conhece em seu corpo as violências racistas e segue a conversa sem buscar afirmar um culpado para a situação, não simplificando a situação que por si só já é bastante complexa, acolhendo a fala e as dores expressas pelas duas crianças. A identificação é um fator importante que confere legitimidade à profissional, que de seu lugar de fala, bastante afetada por todo aquele acontecimento, segue dizendo o quanto o racismo produz sofrimento, que não era legal reproduzir aquela violência entre elas e que naquele espaço da Casa da Árvore atos racistas não seriam aceitos ou naturalizados. E termina afirmando que, se elas não puderam ser escutadas na escola ou em outros espaços, na Casa da Árvore podiam ter essa escuta.

Os provérbios: “umuntu ngumuntu ngabantu” e “umntu ngumntu ngabantu” são máximas ético-políticas nos idiomas isizulu e isixhosa dos povos Zulu e Xhosa (...). A partir de diversos estudos (...) reitera-se que uma tradição razoável dos dois provérbios é: “uma pessoa é pessoa através de outras pessoas” (...) Daí Ubuntu significar justamente a relação de estar afetado pela experiência de realizar-se como humano através de vivenciar relação com outros serem humanos. (Noguera, 2018, p. 7).

17

A nova composição da equipe trouxe um novo contorno para a Casa da Árvore como espaço de aquilombamento: de encontro, resistência e afirmação da negritude. Um espaço onde é possível ressignificar a violência colonial e produzir um processo de cura, no qual as crianças podem se ver e experimentar por outra ótica, criar novas fabulações para si e construir um discurso em primeira pessoa a partir da relação com esse outro que é também seu par.

Da formação: a casa formando e sendo formada

O eixo transversal que atravessa todo o trabalho da Casa da Árvore é a formação. O vínculo com a Universidade, desde sua fundação, direciona o trabalho para a reflexão teórica, a pesquisa e o estudo. A formação profissional e a produção científica dos psicólogos atuantes no projeto, bem como dos estagiários, é uma constante. Incentiva-se a reflexão e a discussão das estratégias de intervenção cotidianas, bem como a construção coletiva das vias de encaminhamento dos impasses e das situações-problemas. Além de promover anualmente seminários, ciclos de debate, cineclube e oficinas, promover anualmente seminários, ciclos de

debate, cineclube e oficinas, fomenta-se a construção e disseminação de uma metodologia voltada à formação dos profissionais da saúde e educação e a participações em congressos.

Porém, talvez o mais inovador e transgressor nesse sentido seja pensar que a Casa da Árvore não só forma os profissionais que por ela passam como, enquanto um trabalho vivo, está o tempo todo sendo formada pelos profissionais que nela atuam. Todos contribuem com sua bagagem para a instituição ser o que ela é.

Enquanto espaço de formação, uma pergunta nada óbvia nada óbvia se faz fundamental: o que é considerado conhecimento? O que de nosso percurso conta como experiência?

O filósofo francês Descartes postulou a célebre frase: “penso, logo existo”. Desde então, a humanidade tem se definido e buscado se diferenciar dos outros seres por sua capacidade de pensar. Esta máxima passou a sustentar a hierarquização da mente sobre o corpo, subalternizado-o e domesticando-o a base de diversas violências. Para a lógica branco-europeia-cartesiana-católica, sob a qual a ciência moderna foi fundada, o saber deve ser neutro e asséptico, não podendo ser atravessado pelos afetos, que poderiam atrapalhar a clareza do pensamento. Aprende-se a supervalorizar o pensamento em detrimento a uma desvalia dos conhecimentos produzidos a partir da experiência.

Já a perspectiva de saber afroameríndia é incorporada: o pensamento se dá como dobra da experiência, constrói sentido a partir do que é sentido, do que é vivido. Não à toa nessas culturas os “mais velhos” são reverenciados como fonte de conhecimentos a serão os seus transmissores para as próximas gerações.

Todo sujeito tem um corpo e todo corpo tem um sujeito. Não há corpo sem história nem história sem corpo. Todo corpo é político, está em relação, afeta e é afetado, forma e é formado, simultaneamente. O corpo não é sua identidade ou função, ele se (re)faz a todo momento de acordo com suas trajetórias, encontros e relações, estando em processo constante de subjetivação. Daí o corpo ser alvo de violência, mas também potência de transgressão, resistência e afirmação.

O corpo é o primeiro lugar de ataque do racismo/colonialismo. Porém, esse mesmo corpo que é atacado nos revela outras possibilidades. No caso das práticas aqui abordadas, as performances corporais expressam as formas de resiliência e transgressão contra as violências operadas pela colonialidade. As formas de atualização da colonização incidem nas dimensões do ser, saber e poder e é no território corporal, na fisicalidade do ser ou nas suas subjetividades, que operam essas consequências. Seja através do desvio existencial, da descredibilização dos modos de saber ou nas mais variadas formas de subordinação, é no corpo que se ressaltam as experiências da colonialidade. Todavia, é também nos limites do corpo que emergem as possibilidades de novas inscrições, é através dos seus saberes textualizados em múltiplas performances que se confrontam e se rasuram esses regimes

(...) O corpo, como já dito, é suporte de saberes, é arquivo, é arma (...). É território de mandingas e assentamento de múltiplas sabedorias. (Rufino, 2016, p. 57).

O colonialismo é um projeto de apagamento. Ao colonizar um povo lhes é retirada a língua, a cultura, a religião, e outras práticas, produzindo assim um apagamento simbólico. O colonizado se vê obrigado a fazer uma migração linguística. Assumir uma língua é adotar uma cultura, uma maneira de exprimir e significar o mundo, de modo que, para o colonizado, quanto mais abandonar “sua selva” e assumir a língua do colonizador, “mais branco” e próximo de um status de cidadania estará (Fanon, 2020; Bispo dos Santos, 2023). O colonizado se vê obrigado a fazer uma migração linguística. Assumir uma língua é adotar uma cultura, uma maneira de exprimir e significar o mundo, de modo que, para o colonizado, quanto mais abandonar “sua selva” e assumir a língua do colonizador, “mais branco” e próximo de um status de cidadania estará (Fanon, 2020).

Adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto colonizador começam por desterritorializar o adestrado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. (Bispo dos Santos, 2023, p.7). Nêgo Bispo (2023), ainda sobre a violência colonial que expropria e apaga, debaterá sobre a passagem da oralidade – culturas africanas e indígenas – para a escrita – culturas euro-cristãs. O autor traz sua vivência enquanto quilombola falando dos contratos, que antes eram “palavrados”, estabelecidos a partir da relação, e que passaram, por mediação do Estado, a serem escriturados, de forma que quem tinha domínio da escrita passou a ser dono da terra, enquanto as pessoas que eram da terra perderam o seu direito.

Diante de tudo o que foi exposto, cabe ressaltar as perguntas: o que validamos como conhecimento? Conhecimento é só aquilo que é produzido na academia, que vem formatado nas normas ABNT? Seguiremos reproduzindo a lógica colonialista hegemônica que exclui os sujeitos que foram roubados de sua oralidade, de sua experiência, de sua cultura e transformados em objeto de estudo ou que para pertencer precisam se mutilar para se encaixar no ideal de eu, de ser e fazer, “branco”?

Recentemente em um grupo de estudos uma estagiária trouxe um rap do Racionais MC's¹³ e um texto¹⁴ juntamente com um fragmento de entrevista¹⁵ de Grada Kilomba, que versavam sobre a necessidade do negro de performar a excelência. Começa Mano Brown na versão ao vivo de seu rap:

¹³ Título do rap: “A vida é desafio”.

¹⁴ Capítulo 11 do livro de Grada Kilomba “Memórias de plantação”, cujo título é “Performando negritude”.

¹⁵ Disponível em: https://cultura.uol.com.br/entretenimento/noticias/2024/05/13/10249_os-negros-precisam-ser-excepcionais-grada-kilomba-critica-idealizacao-de-povos-marginalizados.html

Tem que acreditar, desde cedo a mãe da gente fala assim. Filho por você ser preto você tem de ser duas vezes melhor. Aí passado alguns anos eu pensei, como fazer duas melhor? Se você tá pelo menos cem vezes atrasado, pela escravidão. Pela história, pelo preconceito, pelos traumas, “pelos psicose”. Por tudo que aconteceu, duas vezes melhor como? (A vida é desafio – Racionais MC's, 2006).

Grada (2019) nos remete ao constructo racista de inferioridade da pessoa negra e como esta, para ser validada, busca, às custas de sua saúde mental e do abandono de sua trajetória e identidade, performar a excelência em tudo o que faz, principalmente em relação às questões acadêmicas – lócus privilegiado da branquitude colonial. Porém, essa validação sempre é parcial, chegando sob a forma de uma equação dissociativa: negro “mas” inteligente, como se esses dois termos não pudessem compor uma mesma frase.

A estagiária pôde falar do quanto foi difícil a escolha do que traria para apresentar no grupo de estudos e de que até o último momento pensou em trazer um texto acadêmico, com muitos conceitos para que pudesse performar “A” psicóloga, mas que algo estava lhe incomodando nessa escolha. Foi quando, por sentir confiança no espaço, na troca com outros profissionais negros e em tudo o que estava podendo viver, aprender e trocar na Casa da Árvore, decidiu trazer um rap, estilo musical que faz parte de sua formação pessoal, e outra referência teórica que conversasse com o que estava vivendo.

O debate foi bastante emocionante, trazendo diversas falas em primeira pessoa. A Casa da Árvore foi reconhecida como um importante espaço de acolhimento, experimentação e liberdade. Um ambiente para ousar e errar e para construir outras formas possíveis de ser e se ver psicólogo. Um lugar de formação onde as referências teóricas são importantes, mas a experiência de vida também é valorizada como formativa, construindo uma encruzilhada dos saberes a partir das vivências, das trajetórias.

Um espaço privilegiado para se estar entre pares diversos. A Casa da Árvore sendo (a)firmada como uma experiência de aquilombamento não só para as crianças, mas também para os próprios profissionais.

Dos impasses: o tempo do processo

É muito bonito ver o tanto que já caminhamos enquanto instituição e como nosso trabalho cresceu, porém, à medida que se propõe a trazer à tona e fazer ver nossas sombras, esse processo também envolve muitas dores.

Ao longo desses seis anos tivemos a entrada de 15 profissionais negros. Desses, 6 saíram. Diante de tudo o que foi narrado, essas saídas não podem ser tomadas como naturais, sendo dados importantes de serem investigados do porquê de terem se dado. Cada saída

levanta importantes questões a serem desdobradas e trabalhadas pelo coletivo e nos dá pistas sobre o ponto onde estamos no nosso caminhar institucional.

Uma profissional negra, ao sair, trouxe o seu cansaço de ser sempre a pessoa a levantar os impasses raciais para o debate. Outra, mulher-mãe-periférica, trocou o trabalho na Casa da Árvore por uma proposta de trabalho mais estruturada, com carteira assinada, que condizia mais com sua necessidade de estabilidade financeira. Pessoas brancas também saíram, a maioria por “terem outros investimentos no momento”. Acreditamos que muitas dessas saídas se deram por um incômodo em relação a ter seus lugares e privilégios postos em xeque, mas, para pessoas brancas, de forma geral, diante de como se dá sua subjetivação em nossa sociedade, é mais difícil assumir seus próprios limites, sendo mais fácil negá-los ou encontrar uma desculpa para seguir não vendo e não precisar se responsabilizar.

Outra reivindicação importante levantada com certa impaciência diz respeito à manutenção da estrutura da instituição que segue tendo os cargos de liderança, tais qual coordenação e diretoria, sendo ocupados majoritariamente por pessoas brancas. Bento sinaliza que “em todas as esferas sociais, temos, ao que parece, uma cota não explícita de 100% para brancos. Esses lugares de alta liderança são quase que exclusivamente masculinos e brancos” (Bento, 2020, p.10), o que nos alerta para a importância de repensar a ocupação dessas posições.

Atualmente nossa equipe é formada por 13 profissionais negros¹⁶ – 11 mulheres e 2 homens – e 7 profissionais brancos – 6 mulheres e 1 homem –, numa proporção de 65% negros para 35% brancos. Já o quadro de gestão é formado por 4 diretoras, sendo 3 mulheres brancas e 1 negra, e 4 coordenadores, sendo 2 mulheres brancas, 1 homem branco e 1 mulher negra, numa porcentagem de 75% brancos para 25% de negros. Esse cenário precisa ser atualizado para que a instituição reflita a transformação que vem se dando internamente, mas para tal é necessário que esses novos profissionais ganhem experiência institucional para assumir os cargos de gestão, que hoje tem a sua frente os profissionais mais antigos, e, dada a história da instituição, brancos.

Como negociar entre o tempo de emergência das questões, a urgência dos profissionais, e o tempo de agência dos processos? Diante desse embate que se deu recentemente, buscamos criar um cronograma com ações concretas que pudessem acolher essas diferentes temporalidades, sinalizando a escuta e reconhecimento da pauta levantada e nosso esforço em colocá-la em movimento. Nesse caso específico temos como meta, ainda em 2024, que a nova diretoria executiva e representação legal da CDA seja assumida por uma mulher negra, que pelo menos mais uma profissional negra possa somar à equipe de diretoria, e que até o início de 2025 as coordenações também sejam assumidas por profissionais negros.

¹⁶ Somatório dos autodeclarados negros e pardos.

A narrativa construída aqui desse percurso institucional pode fazer parecer que este processo se deu de forma linear e tranquila, mas não foi bem assim. Em muitos momentos as discussões foram e ainda são acirradas e comportam um tanto de agressividade. Como diz Djamila Ribeiro: “necessariamente as narrativas daquelas que foram forçadas ao lugar de Outro, serão narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança.” (Ribeiro, 2017, p.78).

Às vezes, depois de algumas supervisões mais tensionadas, temos a sensação de que não vamos sobreviver. Individualmente, levamos os acontecimentos cada um para seu espaço analítico, para entender como aquilo se relaciona com nossa história pessoal, olharmos para nossos pontos cegos e nos responsabilizar. Institucionalmente, seguimos discutindo até que o não dito, o que está [sendo] silenciado, possa aparecer. Às vezes é necessário suspender um pouco a discussão dando tempo para a digestão e elaboração. Retomamos os casos clínicos e o trabalho de campo, e então tomamos fôlego para seguir o debate. Recolhemos os efeitos, recalculamos as rotas e criamos novas estratégias. Ao final desse processo, não só sobrevivemos como saímos mais fortes. O que sustenta e nos faz seguir apesar de, é enxergar os passos que já demos enquanto instituição e, principalmente, reconhecer os efeitos positivos que recolhemos do trabalho em campo com as crianças e famílias. O trabalho é o que dá sentido a tudo.

Esse é um processo contínuo, não linear, e que novas ondas e abalos sísmicos virão para configurar novos relevos à Casa da Árvore. Crescer é ir além dos limites já constituídos, e esse movimento comporta em si uma força disruptiva. Nesse sentido, o espaço da supervisão é, e sempre será, um campo em disputa de narrativas e território dentro da instituição.

O caminho parece óbvio, mas não é. Ainda esse ano vivenciamos um período no qual um silêncio se instalou nas supervisões. O silêncio, que em um primeiro momento foi tomado como falta de comprometimento da equipe com o trabalho – afinal, não era possível que recorrentemente nenhuma questão clínica fosse extraída do campo pelas equipes para ser trazida para a supervisão – quando colocado em questão abriu espaço para a equipe falar de alguns incômodos que haviam ficado calados. O mal-estar foi posto na roda. Situações antigas ainda não totalmente elaboradas retornaram, falamos sobre questões difíceis e divergentes, nos comprometemos a seguir a discussão e não deixar cair novamente no silenciamento. Avançamos um pouco e chegamos ao mesmo nó – a raiz branca da instituição – porém em um novo ponto de virada: uma vez enegrecida a instituição, agora seria necessário desembranchê-la. Como fazer isso? Ainda não sabemos, mas juntos desejamos descobrir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomamos como bússola os recursos teóricos da psicanálise e de autores negros, psicanalistas e não psicanalistas, para diferenciar nossa escuta e trabalhar na prevenção dos efeitos do racismo estrutural na subjetivação das crianças. Após 6 anos nos debruçando sobre o tema em termos teóricos e práticos, já podemos recolher os efeitos junto às crianças e suas famílias de como a presença de profissionais negros em campo afeta diretamente o trabalho. Não só em relação ao material com temática racial, como o ideal de beleza branco, o cabelo como produtor de sofrimento e preconceitos ligados à traços fenotípicos, que passaram a ser trazido pelos frequentadores dos Espaços de Convivência e escutados e trabalhados pelos profissionais, mas também produzindo marcas positivas e a possibilidade de ressignificação a partir do vetor racial.

Para as crianças atendidas, poder se ver nos especialistas negros que trabalham na Casa da Árvore produz saúde e contribui para que elas possam sonhar outros futuros e construir, a partir dessas relações, novos territórios subjetivos e simbólicos para si.

Em nosso trabalho, ao incorporar o viés racial à nossa escuta e ao nosso corpo de profissionais, oferecemos um ambiente propício para que as crianças possam falar, ser acolhidas e dar sentido às suas vivências, possibilitamos que elas criem condições e ferramentas para reconhecer e lidar com as experiências advindas do racismo. Essa é a marca singular e inédita do trabalho desenvolvido pela Casa da Árvore: nós não recolhemos e lidamos apenas com os traumas e efeitos do racismo na saúde mental, como é no caso do trabalho com adultos. Nossa intervenção se dá no tempo em que essas marcas ainda estão sendo formadas, propiciando que as crianças criem outras maneiras de se relacionar com a [sua] negritude e, em última instância, possam *tornar-se negras* (Souza, 1983), imprimindo marcas positivas e construindo uma imagem afirmativa em relação a si mesmas.

A Casa da Árvore vem se tornando um espaço de aquilombamento, de resistência e existência, tanto para as crianças e famílias, quanto para os profissionais da equipe, afirmando seu caráter antirracista e decolonial.

Com a recomposição de nossa equipe, também buscamos refletir e construir uma sociedade mais democrática e justa, onde as oportunidades são menos concentradas em apenas um mesmo grupo privilegiado. Sem dúvida alguma, a mudança não ocorre de fora para dentro; ela se inicia internamente na própria instituição, ao questionar-se e romper com o pacto narcísico da branquitude, raiz colonial de qualquer instituição brasileira. Ainda há muito a ser feito, em relação às políticas institucionais antirracistas. Um trabalho em processo contínuo e interminável, ainda mais se levarmos em consideração os legados da escravidão – com seus efeitos materiais e imateriais negativos para pessoas negras e em termos de privilégios para a população branca – e os muitos séculos que as questões raciais foram negadas, caladas e seu debate deturpado.

REFERÊNCIAS

Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?* Letramento.

Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.

Bezerra Júnior, B. (2008). Os desafios de um experimento. In L. Milman & B. Bezerra Júnior (Orgs.), *A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. (pp. 15-30). Garamond.

Bispo dos Santos, A. (2022). Início, meio, início. In A. Bispo dos Santos, M. S. Rodrigues, L. Rufino & A. Mumbuca, *Quatro cantos* (pp.18-45). N-1.

Bispo dos Santos, A. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu/ PISEAGRAMA.

Bispo dos Santos, A. (2023). Somos da Terra. In F. Carnevalli, F. Regaldo, P. Lobato, R. Marquez & W. Caçado, *Terra: antologia afro-indígena* (pp. 7-18). Ubu/PISEGRAMA.

Da Silva, M. L. (2017). Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In N. M. Kon, M. L. da Silva & C. C. Abud (Orgs.), *O Racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 71-89). Perspectiva.

Frantz, F. (2020). *Pele negra máscaras brancas*. Ubu.

Gordon, L. R. (2008). Prefácio. In F. Fanon, *Pele negra, máscaras brancas* (pp. 11-17). EDUFBA.

hooks, b. (2019). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Elefante.

Kilomba, G. (2020). Prefácio: Fanon, existência, ausência. In F. Fanon, *Pele negra máscaras brancas* (pp. 11-20). Ubu.

Kilomba, G. (2019). Performar negritude. In G. Kilomba, *Memórias da plantação – Episódios cotidianos de racismo* (pp. 173-185). Cobogó.

Maeda, P. (2020). O racismo brasileiro na obra de Lelia Gonzales. *Carta Capital*. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/o-racismo-brasileiro-na-obra-de-lelia-gonzalez/>

Moura, L. N. F., Meireles, N. X., Kutwak, F. A. A., Santos, L. C., & Carvalho, L. L. (2024). Enfrentando as raízes da branquitude: a experiência de enegrecimento da Casa da Árvore. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p08.

Milman, L. (2008). Um pouco da história. In L. Milman & B. Bezerra Júnior (Orgs.), *A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*, (pp. 31-51). Garamond.

Nogueira, R., Barreto, M. (2018). Infância, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. *Childhood & Philosophy*, 14(31), 625-644. <https://doi.org/10.12957/childphilo.2018.36200>

Racionais MC's (2006). A vida é desafio. In Racionais MC's, *1000 trutas, 1000 tretas*. Cosa Nostra.

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.

Rodrigues, M. S. (2022). Somos religião e subjetividade. In A. Bispo dos Santos, M. S. Rodrigues, L. Rufino & A. Mumbuca, *Quatro cantos* (pp. 52-65). N-1.

Rufino, L. (2016). Performances Afro-diaspóricas e Descolonialidade: o saber corporal a partir de Exu e suas encruzilhadas. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 1(40), 54-80. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2016.1i40.a41797>

Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social*. Graal.

Recebido em: 29/06/2024

Reapresentado em: 07/11/2024

Aprovado em: 12/11/2024

SOBRE AS AUTORAS

Luana Nogueira de Farias Moura é psicóloga (UFPa), especialista em Saúde da Criança e do Adolescente Cronicamente Adoecidos, a nível de residência multiprofissional (IFF/Fiocruz), e mestre em Psicologia Clínica (PUC-Rio). Compõe a equipe da Casa da Árvore desde 2016, sendo hoje parte da equipe de diretoria da ONG.

Nicole Xavier Meireles é psicóloga (UFRJ), mestre em Psicologia Clínica (PUC-Rio), especialista em Projetos Sociais e Políticas Públicas (Senac) e em Terapia Através do Movimento (Faculdade Angel Vianna). Possui aperfeiçoamento em Psicologia e Relações Raciais pelo Instituto AMMA Psique e Negritude. Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Compõe a equipe da Casa da Árvore desde 2016, sendo hoje da diretoria da ONG.

Moura, L. N. F., Meireles, N. X., Kutwak, F. A. A., Santos, L. C., & Carvalho, L. L. (2024). Enfrentando as raízes da branquitude: a experiência de enegrecimento da Casa da Árvore. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p08.

Fernanda Augusta Amitay Kutwak é psicóloga clínica (PUC-Rio), especialista em Psicomotricidade Somática (Instituto Anthropos de Psicomotricidade), pós-graduada em Terapia Através do Movimento – Corpo e Subjetivação (Escola e Faculdade Angel Vianna). Mãe de Iago e Amora. Compõe a equipe da Casa da Árvore desde 2004, sendo hoje parte da equipe de diretoria da ONG.

Luana Corrêa dos Santos é Psicóloga Clínica (UERJ), especialista em Psicanálise e Saúde Mental (UFF), mestre em Psicanálise e Saúde Pública (UERJ). Atua na rede de saúde mental infantil na Fundação Amélia Dias de Atenção ao Menor e Adolescente desde 2012 e na ONG Casa da Árvore desde 2016, sendo hoje parte da equipe de diretoria da ONG.

Liandra Lima Carvalho é Assistente Social, mestra e doutora em Política Social (UFF), pós-doutora em Humanidades, Culturas e Artes (UNIGRANRIO), pós-doutoranda em Educação Cultura e Comunicação (FEBF/UERJ).